

\ DEMONSTRAÇÕES **20** **FINANCEIRAS** **20**




CCR | **VIVA SEU CAMINHO.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

www.grupoccr.com.br

Relatório da Administração 2020

BH Airport em função da pandemia da Covid-19, e (iv) compensando parcialmente essas reduções, a ViaCosteira contribuiu com R\$ 118.202 mil.

A provisão de manutenção apresentou saldo credor de R\$ 55.051 mil, ante um saldo devedor de R\$ 116.396 mil no ano anterior. As variações ocorreram devido à periodicidade das obras de manutenção, estimando-se os custos a serem provisionados, os saldos já provisionados e a correspondente atualização do seu valor presente.

Em 2019, houve o estorno de parte do valor provisionado anteriormente na concessionária NovaDutra, que se mostrou excessivo face a um novo estudo detalhado sobre as condições do pavimento, considerando os serviços já executados em anos anteriores. Reduções em 2020 ocorreram majoritariamente, da (i) revisão detalhada do programa de investimentos da NovaDutra, em função da proximidade do final do contrato de concessão, (ii) ao efeito não-recorrente da MSVia, em função da reversão parcial da provisão de manutenção, no valor de R\$ 134.439 mil, como resultado da revisão da curva de manutenção, tendo em vista o estágio avançado do processo de devolução amigável deste ativo, e ainda, (iii) ao impacto da menor provisão realizada pela RodoNorte devido à proximidade do final do contrato de concessão e da reversão parcial do valor provisionado, devido à revisão do cronograma de manutenção da concessionária.

Os outros custos (seguros, alugueis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) atingiram R\$ 1.266.096 mil em 2020 em comparação a R\$ 918.595 mil em 2019, aumento de 37,8%. Esse aumento derivou de efeitos não-recorrentes que ocorreram em 2019: (i) pagamento de R\$ 65,3 milhões relativos ao acordo extrajudicial com fornecedor do Metrô Bahia; (ii) despesa de ISS na NovaDutra, de R\$122,7 milhões, referente à não retenção na fonte de ISS do Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, e (iii) aumento de participação no VLT que gerou ganho por compra vantajosa no montante de +52.750 mil. Em 2020, houve os efeitos não-recorrentes (i) da TAS, referente ao recebimento do benefício "Cares Act" do governo americano, no valor de R\$ 112.534 mil, (ii) das baixas de imobilizado em San José, referente aos investimentos ressarcidos pelo poder concedente no valor de R\$ 114.661 mil, e além disso, (iii) na MSVia, ocorreram os efeitos do reconhecimento da provisão de autos de infração relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos, no valor de R\$ 132.980 mil, e ainda, houve o reconhecimento de R\$ 305.947 mil como efeito da constituição de provisão para perda de recuperabilidade, tendo em vista o estágio avançado do processo de devolução amigável deste ativo.

Resultado financeiro	
Em 2020, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 1.353.497 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 1.239.861 mil em 2019. O aumento de 9,2% reflete, principalmente: a (i) saldo de dívida bruta 4,6% maior entre os períodos devido, majoritariamente, às captações na CCR, em função da estratégia de antecipação de captações para reforço de caixa durante o período de pandemia e ao aporte realizado na ViaCosteira no valor de R\$ 451.653 mil; (ii) contratação de R\$ 700.000 mil na ViaMobilidade e, (iii) efeito decorrente do reperfilamento da outorga de BH Airport. Esses efeitos foram compensados parcialmente pela redução do CDI entre os períodos comparados (-3,16 p.p.).	

Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora

em 2020, o lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora atingiu R\$ 191.032 mil, apresentando uma redução de 86,7% em relação a 2019.

Endividamento bruto

em 2020, o endividamento bruto consolidado alcançou R\$ 19.903.983 mil, em comparação a R\$ 19.030.838 mil em 2019, aumento de 4,6%. Entre os meses de março e abril de 2020, ocorreram as captações de R\$ 200.000 mil e R\$ 300.000 mil em Cédula de Crédito Bancário (CCB), de forma a reforçar o caixa da Companhia, medida adotada em função do cenário ainda incerto com relação ao final da pandemia. As dívidas em dólar representavam 4,9% do endividamento bruto total. Como informação adicional, em 31 de dezembro de 2020, a exposição líquida em dólar das empresas com receitas em reais era de US\$ 31.422 mil, referente aos fornecimentos de ViaQuatro e Metrô Bahia, no final do exercício de 2020. O montante da dívida com vencimento em longo prazo representava 74,6% do total. A variação do endividamento bruto deveu-se, principalmente, às emissões e amortizações realizadas ao longo de 2020, detalhadas nas notas explicativas nº 16 e 17 das Demonstrações Financeiras.

Investimentos caixa (incluindo ativo financeiro e manutenção)

em 2020, os investimentos somaram R\$ 1.481.000 mil. As concessionárias que mais investiram foram ViaSul, RodoNorte e ViaCosteira, representando, respectivamente, 21,1%, 16,4%, 9,7% do total do exercício social. Na ViaSul, houve desembolsos com recuperação de pavimento, aquisição de equipamentos e sinalização, majoritariamente. Os investimentos da RodoNorte focaram-se em duplicações e obras de restauração em múltiplos trechos. Os investimentos da ViaCosteira, concentraram-se nos trabalhos iniciais da concessão, principalmente, na implantação de (i) 4 praças de pedágio, (ii) recuperação de pavimento e (iii) conservação geral.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades a fim de ampliar os impactos ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia toda a infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os *stakeholders* e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégias para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental da companhia.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.402.994	106.836	3.548.987	1.263.212
Aplicações financeiras	7	1.377.129	1.213.070	2.632.188	3.710.393
Aplicações financeiras - conta reserva	7	2.153	2.115	26.108	18.372
Contas a receber	8	-	-	1.210.844	1.341.233
Contas a receber - partes relacionadas	11	19.278	31.689	2.928	13.618
Mútuos - partes relacionadas	11	239.943	-	-	-
Tributos a recuperar	10	93.578	85.035	185.926	188.385
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	24	-	-	278.680	278.628
Contas a receber - operações com derivativos	10	-	-	39.329	91.898
Adiantamento a fornecedores	11	818	295	17.184	27.219
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	56.336	62.507	-	-
Despesas antecipadas e outras	10	3.752	2.757	185.906	198.968
Total do ativo circulante		3.195.981	1.504.304	8.128.080	7.131.926
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	8	-	-	3.503.734	2.831.364
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	53.570	44.670
Contas a receber - partes relacionadas	11	-	-	27.520	-
Mútuos - partes relacionadas	11	158.003	424.461	160.395	190.642
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	11	57.088	5.976	1.047	1.057
Tributos a recuperar	10	31.810	70.088	125.117	169.991
Tributos diferidos	9b	-	-	908.804	835.204
Pagamentos antecipados relacionados a concessão	10	-	-	2.112.613	2.391.344
Contas a receber - operações com derivativos	24	-	-	35.121	-
Despesas antecipadas e outras		67	79	123.407	248.454
Total do não circulante		246.968	500.604	7.051.328	6.712.726
Investimentos Imobilizado	12	9.736.714	9.442.013	791.692	740.649
Intangível	13	44.237	35.772	1.015.972	1.030.861
Intangível em construção	14	53.784	40.742	15.152.690	16.309.013
Direito de uso de arrendamento	15	92	-	155.506	138.286
Total do ativo não circulante		10.081.795	10.019.131	25.320.540	26.130.161
Total do ativo		13.277.776	11.523.435	33.448.620	33.262.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	22	99.073	95.301	9.889.480	10.590.811
Custos dos serviços prestados					
Custo de construção		-	-	(944.821)	(1.089.618)
Serviços	(1.416)	(744)	-	(1.167.606)	(984.700)
Custo da outorga		-	-	(357.793)	(386.799)
Depreciação e amortização	(1.029)	(1.078)	(2.356.726)	(1.889.483)	
Custo com pessoal	(27.042)	(25.602)	(1.092.174)	(1.050.616)	
Provisão de manutenção	19	(63)	(153)	(179.842)	(116.396)
Materiais, equipamentos e veículos		(505)	(816)	(419.526)	(371.957)
Outros		(30.055)	(28.393)	(6.463.437)	(6.100.646)
Total do custo		69.018	66.908	3.426.043	4.490.165
Lucro bruto					
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas					
Despesas com pessoal	(110.710)	(74.390)	(359.475)	(364.956)	
Serviços	(63.508)	(91.215)	(264.414)	(283.734)	
Materiais, equipamentos e veículos	(809)	(759)	(19.239)	(16.681)	
Depreciação e amortização	(18.768)	(13.001)	(64.288)	(52.473)	
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	(3.526)	(1.843)	(34.350)	(40.286)	
Provisão para riscos civis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	18	(27)	(30)	(182.615)	(3.108)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros	(200)	(150)	(12.201)	(16.906)	
Provisão para perda esperada - contas a receber			(616)	(4.132)	
Água, luz, telefone, internet e gás	(1.026)	(1.259)	(13.082)	(14.234)	
Contribuições a sindicatos e associações de classe	(590)	(644)	(10.119)	(13.210)	
Aluguéis de imóveis e condomínios	(3.952)	(4.095)	(6.881)	(6.902)	
Impostos, taxas e despesas com cartões	(1.013)	(779)	(30.171)	(34.741)	
Indenizações contratuais	(843)	(136)	(7.643)	(93.589)	
Ressarcimento ao usuário	(150)	-	(19.969)	(14.006)	
Gastos com viagens e estadias	(818)	(3.335)	(4.201)	(13.990)	
Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei nº 13.448/17)		-	(305.947)	-	
Outros	(13.737)	(4.726)	(17.886)	45.440	
Termo de Autocomposição, Programa de Incentivo à Colaboração e Acordo de Leniência	27	(1.808)	(21.310)	(1.808)	(43.216)
Total do custo	(221.295)	(217.672)	(1.354.905)	(1.036.724)	
Depreciação e amortização	494.350	1.830.038	(36.285)	94.037	
Resultado de equivalência patrimonial	342.083	1.479.274	2.034.853	3.547.478	
Resultado financeiro	23	(150.273)	(65.610)	(1.353.497)	(1.239.861)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		191.810	1.413.664	681.356	2.307.617
Lucro líquido do exercício	9a	(778)	24.591	(595.243)	(881.165)
Atribuível a:					
Acionistas da controladora		191.032	1.438.255	191.032	1.438.255
Acionistas não controladores		-	-	(104.919)	(11.803)
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	21e	0,09457	0,71201	0,09457	0,71201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício		191.032	1.438.255	86.113	1.426.452
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão	21h	133	4.459	133	4.459
Total		191.165	1.442.714	86.246	1.430.911
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	21h	437.461	14.009	437.461	14.009
Resultado de hedge de fluxo de caixa	21h	(2.918)	(3.926)	(2.918)	(3.926)
Ativação de hedge de fluxo de caixa		692	1.250	692	1.250
Imposto de renda e contribuição social	21h	-	-	(1.254)	388
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior - acionistas não controladores		436.117	11.584	434.863	11.972
Total		627.282	1.454.298	521.109	1.442.888
Total do resultado abrangente do exercício		818.447	2.897.012	1.387.355	2.873.800
Atribuível a:					
Acionistas da controladora		627.282	1.454.298	627.282	1.454.298
Acionistas não controladores		-	-	(106.173)	(11.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/pt

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Carbon Disclosure Program (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, responsável por gerir o investimento socioambiental do Grupo CCR. Somado a isso, o Instituto CCR visa gerar transformação social e elevar o nível de relacionamento com os principais públicos com os quais se relaciona, por meio de seus programas. Seus principais objetivos são: gerar valor compartilhado, fortalecer as relações institucionais, integrar à Cultura Organizacional e fortalecer os fatores sociais da estratégia ESG.

Alinhado a boas práticas e a uma gestão eficiente dos recursos próprios e de incentivos fiscais, o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Desde 2020 houve maior integração dos objetivos de negócio sustentável, promovendo a inclusão social em 5 áreas principais: Educação, Geração de Renda, Saúde, Esporte e Cultura.

Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site da entidade em www.institutoccr.com.br.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2020, a companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

- **ICOD 2020**: pelo 10º ano consecutivo, a CCR integrou a carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICOD) da B3
- **CDP**: Grupo CCR recebe a classificação A na Lista de Mudanças Climáticas do CDP.
- **ISE 2020**: Grupo CCR integra pela 10ª vez consecutiva a carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial.
- **Prêmio Inovafinra**: um case da CCR ViaOeste e CCR Engelog foi o vencedor na categoria Rodovias conferido pela Revista O Empreiteiro.
- **100+ Inovadores no Uso de TI**: Grupo CCR em 3º lugar com a inscrição do case "Indústria 4.0 para o Aeroporto Indústria de Belo Horizonte"
- **As Melhores de Dinheiro 2020**: Grupo CCR em 1º lugar no ranking do setor Serviços de Transportes.
- **Valor Inovação Brasil**: Grupo CCR em 4º lugar na categoria Infraestrutura. A pesquisa avalia as práticas de inovação das companhias que atuam no Brasil em diferentes atividades econômicas.
- **Broadcast Empresas**: Grupo CCR em 3º lugar no ranking das empresas brasileiras de capital aberto com os melhores resultados.
- **Prêmio Época 360º**: Grupo CCR em 105º lugar entre as 334 participantes, 5º lugar geral em Governança Corporativa.
- **Selo Clima Paraná**: A CCR RodoNorte, pelo sexto ano consecutivo, é uma das empresas contempladas com o selo Clima Paraná, edição 2020, com outros 45 empresas.
- **Melhores e Maiores da Revista Exame**: Grupo CCR em 3º lugar no ranking de infraestrutura; 3º lugar entre as mais rentáveis; 14º entre as maiores margens sobre vendas; 378º lugar entre as 500 maiores em vendas.
- **Maiores do Transporte e Melhores do Transporte**: A ViaMobilidade foi eleita a Melhor Operadora de Transporte Ferroviário de Passageiros do Brasil.
- **Prêmio ARTESP**: A CCR ViaOeste conquistou pela segunda vez o Prêmio Concessionária do Ano - a empresa já havia vencido a 3ª edição da disputa, em 2016.
- **Atualidade da OAG**: BH Airport está entre os dez aeroportos brasileiros mais pontuais do mundo, de acordo com o relatório anual da OAG, empresa que analisa a aviação mundial.
- **Latin America Best Workplaces**: AERIS foi eleita como uma das 50 melhores empresas para se trabalhar e reconhecida pela Latin America Best Workplaces.
- **Prêmio Skytrax World Airport**: Quiport se torna o único aeroporto nas Américas a obter a certificação do aeroporto de 5 estrelas.

Bandeira Azul Ecológica: AERIS recebe prêmio por promover pedidas de segurança sanitária.

5. Covid-19

5.1 Principais Ações e Destaques

Em 2020, o Grupo CCR destinou R\$ 9,1 milhões para a realização de ações e programas que foram essenciais durante este período de pandemia. Eles beneficiaram comunidades em situação de risco e contribuíram para a saúde da população.

- Em busca da prevenção e contenção do coronavírus, a companhia tomou as seguintes medidas:
- Criação de um comitê de crise para gerir as ações resultantes da pandemia;
 - Disponibilização de canal de Gestão Integrada de Saúde, com atendimento médico telefônico, disponível 24 horas por dia, para colaboradores do Grupo CCR e seus dependentes e esclarecimentos de dúvidas pela equipe de Saúde Ocupacional;
 - Realização de palestras *online* sobre o Coronavírus com médicos da Companhia;
 - Isolamento domiciliar por sete dias para todos os colaboradores que retornarem de viagens internacionais, mediante comunicação à equipe de Saúde Ocupacional;
 - Afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar, com supervisão da equipe de Saúde Ocupacional;
 - Recomendação para que as viagens corporativas, nacionais ou internacionais, sejam realizadas apenas em casos de extrema necessidade;
 - Recomendação de regime de *home office* para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho.

- Foram realizados no ano de 2020:**
- 51 mil atendimentos médicos;
 - 59,5 mil serviços de desinfecção de cabines de caminhões;
 - Doação de 557 mil itens para alimentação e higiene de caminhoneiros;
 - Entrega de 53 mil vales para refeição e banho;
- O Grupo CCR adotou uma série de medidas a fim de preservar empregos, manter sua sólida posição de caixa e estrutura de liquidez. Entre as principais medidas adotadas, destacam-se:**
- Suspensão do pagamento das prestações dos contratos de financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre abril de 2020 e setembro de 2020, sendo que os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida mantido

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

- m) Benefícios e empregados**
 - Planos de contribuição definida e plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.
 - Benefícios de curto prazo podem ser reconhecidos no resultado se a entidade puder mensurar os benefícios de curto prazo a serem pagos com base no método da taxa efetiva de juros.
 - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e não incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável exceto a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na avaliação do imposto diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias debitáveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplem premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, às taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:
• diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
• diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ativo.

o) Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Direito de concessão
ViaMobilidade
Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da ODCP 05 - Contratos de concessão, a controladora adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público pago ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 14).

BH Airport
Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da ODCP 05 - Contratos de concessão, a controladora adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 25d), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

AutoBAn, ViaDeste e RodoAnel Oeste
Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 13 da ODCP 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 25) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão de concessão de concessão executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

q) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)
À infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando a zero.

A amortização do direito de exploração de infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

r) Informação por segmento
Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento. As informações por segmento são elaboradas com base nos números contábeis e sem ajustes extra contábil.

s) Demonstrações do valor adicionado
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Arrendamentos em geral
A IFRS 16/CP 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. O reconhecimento do valor presente do arrendamento associado a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do ativo e os custos dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início dos pagamentos de arrendamento reconhecidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de juros, pagamentos de impostos e outros pagamentos de arrendamento a serem pagos sob garantias de valor residual, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

No cálculo do valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na duração do contrato de compra do ativo subjacente.

O Grupo não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.

u) Adoção inicial de normas novas e alterações
O Grupo CCR adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, as seguintes normas novas, no prazo:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo CCR.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS
Traz novos conceitos, forneceu definições, atualização e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclareceu alguns conceitos importantes.

Definição de negócio - Alterações ao CPC 15 (IFRS 3)
Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 25 (R1) (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)
Altera a definição de "material" estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não alterar o conceito subjacente de materialidade das Normas IFRS. O conceito de "ocultação" de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39) e CPC 40 (IFRS 7)
As alterações tratam de mudanças nas demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge.

Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16)
Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo redução temporária de pagamentos.

O expediente prático permite ao arrendatário não reconhecer a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 e uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- Mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

v) Novas normas ainda não eletivas
Uma série de novas normas serão eletivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020. O Grupo CCR não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16);
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- IFRS 17 - Contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 26 de fevereiro de 2021, o Comitê de Auditoria e Compliance e o Conselho Fiscal, respectivamente, analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas demonstrações financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 04 de março de 2021.

Base de mensuração
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente.
- Remensuração a valor justo de participação anterior, quando da aquisição de controle de investidas.

Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras individuais da controladora e as consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota
21 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
24 Provisão para perda esperada
9b Impostos diferidos
14 Amortização dos ativos intangíveis
18 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais
19 Provisão de manutenção
24 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas a respeito de ativo ou passivo.

- Caixa e bancos
- Ativos justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.
- Aplicações financeiras
- O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- Passivos financeiros não derivativos
- O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas para os valores presentes foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).
- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros. **Operações de swap de juros**
Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Segmentos operacionais

As informações por segmento são apresentadas, de acordo com o IFRS 8/CP 22 - Informações por Segmento e em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Os resultados por segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em quatro segmentos operacionais principais: Infra SP, Lam Vias, Mobilidade Urbana e Aeroportos.

Nos segmentos operacionais, estão os seguintes negócios da Companhia:

- Lam Vias: NovaDutra, RodoNorte, ViaLagos, Samm, MSVia, ViaSul e ViaCosteira.
- Infra SP: AutoBAn, ViaDeste, SPVias e RodoAnel Oeste.
- Mobilidade Urbana: Metrô Bahia, ViaQuatro, ViaMobilidade, Linha 15, VLT Carioca, Quicão, Five Trilhões, Barcas, ATP, CIP e a sub-holding CIMS.
- Aeroportos: BH Airport, Ouiport, Aeris, CAP, TAS, CCR USA, CCR Espanha, CPC e todas as empresas relacionadas a estas concessões.
- Não alocados: a Controladora e a SPPC.

A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto as participações em aeroportos e suas respectivas holdings, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

A seguir estão apresentadas as informações por segmento, com base nos números contábeis sem ajustes gerenciais:

	Lam Vias	Infra SP	Mobilidade	Aeroportos	Não Consolidado	
					alocados	Consolidado
Informações relativas a 31 de dezembro de 2020						
Receitas de pedágio	2.948.526	3.957.174	-	-	-	6.905.700
Receitas de construção (ICPC 01)	640.613	62.219	178.496	67.051	-	948.379
Receitas de emissão de cartão de embarque	-	-	1.397	-	-	1.397
Receita de serviços de fibra óptica	101.574	-	-	-	-	101.574
Receitas aeroportuárias	-	-	-	1.071.299	-	1.071.299
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	-	368.674	-	-	368.674
Receitas acessórias	54.165	59.331	65.412	-	-	178.908
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	33.284	-	-	33.284
Receitas aquaviárias	-	-	54.310	-	-	54.310
Receitas metroriárias	-	-	959.621	-	-	959.621
Receitas de serviços entre partes relacionadas	149	231	7.401	8.849	-	16.630
Receitas financeiras	80.489	60.332	228.424	33.472	57.009	459.726
Despesas financeiras	(209.768)	(310.060)	(687.921)	(388.176)	(217.298)	(1.813.223)
Depreciação e amortização	(1.178.971)	(806.557)	(226.773)	(382.076)	(48.837)	(2.421.014)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	(83.513)	1.342.824	(84.098)	(640.486)	(448.614)	86.113
Imposto de renda e contribuição social	(62.486)	(593.893)	(25.804)	87.462	(522)	(595.243)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.104)	45.780	-	(78.717)	(244)	(36.285)
Informações relativas a 31 de dezembro de 2019						
Receitas de pedágio	2.804.824	4.245.227	-	-	-	7.050.051
Receitas de construção (ICPC 01)	696.221	85.045	179.353	135.797	-	1.096.416
Receitas de emissão de cartão de embarque	-	-	2.220	-	-	2.220
Receita de serviços de fibra óptica	99.604	-	-	-	-	99.604
Receitas aeroportuárias	-	-	-	1.136.279	-	1.136.279
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	-	247.103	-	-	247.103
Receitas acessórias	51.302	53.841	86.678	-	-	191.821
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	31.945	-	-	31.945
Receitas aquaviárias	-	-	136.264	-	-	136.264
Receitas metroriárias	-	-	1.365.143	-	-	1.365.143
Receitas de serviços entre partes relacionadas	129	-	-	8	-	29,476
Receitas financeiras	136.114	156.528	153.990	28.457	70.938	546,027
Despesas financeiras	(273.031)	(518.313)	(574.368)	(266.079)	(154.079)	(1.785.888)
Depreciação e amortização	(862.067)	(574.298)	(220.612)	(242.106)	(42.873)	(1.941,956)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	325.277	1.403.898	176.117	(81.624)	(397.216)	1.426,452
Imposto de renda e contribuição social	(201.762)	(626.045)	(112.544)	48.020	11.166	(881,165)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.617)	54.154	(4.255)	47.621	(866)	94,037
Informações relativas a 31 de dezembro de 2020						
Ativos dos segmentos divulgáveis	5.343.805	8.319.196	10.312.416	3.552.222	5.920.979	33.448.620
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	79.331	66.547	-	645.814	(379)	791,313
CAIXE	787.844	93.379	315.150	82.045	50.705	1.329,123
Passivos dos segmentos divulgáveis	(3.367.269)	(5.321.315)	(7.741.706)	(3.660.963)	(5.417.605)	(25.508,858)
Informações relativas a 31 de dezembro de 2019						
Ativos dos segmentos divulgáveis	5.984.200	9.230.021	9.879.734	5.309.801	2.858.331	33.262,087
Investimentos líquidos de passivo a descoberto						

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir demonstra o direito de receber caixa do Poder Concedente - Metrô Bahia e VLT Carioca:

	2019		2020				
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência	Outros	Saldo final
Circulante							
Aporte público	72.276	4.445	(15.229)	(5.528)	(25.947)	(13.210)	16.807
Contraprestação pecuniária	511.989	167.034	(281.171)	4.980	(27.621)	1.559	376.770
	584.265	171.479	(296.400)	(548)	(53.568)	(11.651)	393.577
Não circulante							
Aporte público	-	-	-	-	25.947	-	25.947
Contraprestação pecuniária	2.699.077	7.757	-	369.174	(27.621)	-	3.103.629
	2.699.077	7.757	-	369.174	53.568	-	3.129.576
Total geral	3.283.342	179.236	(296.400)	368.626	-	(11.651)	3.523.153

(a) Refere-se a reprogramação do fluxo de caixa a valor presente conforme Termo Aditivo Modificativo nº 7 para o Metrô Bahia.

(b) A variação negativa refere-se à queda do IPCA no ano.

Cronograma de recebimento - não circulante

2022						303.020
2023						279.515
2024						256.149
2025						234.753
2026 em diante						2.056.139
						3.129.576

g. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	191.810	1.413.664	681.356	2.307.617
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(65.215)	(480.646)	(231.661)	(784.590)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	-	-	-	-
Equivalência patrimonial (a)	175.556	561.691	(12.337)	31.973
Despesas indedutíveis	(567)	(463)	(65.620)	(12.831)
Provisões/atualizações do Termo de Autocomposição, Acordo de Leniência e PIC	(1.413)	(9.045)	(4.964)	(25.111)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(4.382)	(1.842)	(12.423)	(4.674)
Juros sobre capital próprio	(16.292)	(47.099)	(554)	1.140
Lucros auferidos no exterior	-	-	(4.828)	(4.532)
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	-	11.913	18.941
Reclassificação ajuste acumulado de conversão	-	-	-	11.704
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(84.673)	-	(192.515)	(60.440)
Outros ajustes tributários (b)	(3.792)	1.995	(82.254)	(21.933)
Baixa de impostos diferidos - MSVia	-	-	-	(30.812)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(778)	24.591	(595.243)	(881.165)
Impostos correntes	-	-	(740.792)	(908.694)
Impostos diferidos	(778)	24.591	145.549	27.529
	(778)	24.591	(595.243)	(881.165)
	0,41%	-1,74%	87,36%	38,19%

Alíquota efetiva de impostos

(a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado na aquisição de participação adicional na ViaQuatro.

(b) Refere-se, principalmente, a diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que as investidas estão localizadas.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora			
	Saldo em 2020			
	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	39.004	-	39.004	39.004
Provisão para participação nos resultados (PLR)	6.975	(4.424)	2.551	2.551
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, fiscais e contratuais	151	9	160	160
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	(3.737)	(6.896)	(10.633)	2.632
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	(12.393)	-
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(153.277)	7.477	(145.800)	(145.800)
Outros	1.309	3.056	4.365	4.365
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(121.968)	(778)	(122.746)	48.712
Compensação de imposto	-	-	-	(48.712)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(121.968)	(778)	(122.746)	(122.746)

	Controladora			
	Saldo em 2019			
	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	21.638	17.366	39.004	39.004
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.934	2.041	6.975	6.975
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	141	10	151	151
Cessão de crédito	1.689	(1.689)	-	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	(2.436)	(1.301)	(3.737)	(3.737)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	(12.393)	-
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(160.754)	7.477	(153.277)	(153.277)
Outros	622	687	1.309	1.309
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(146.559)	24.591	(121.968)	47.439
Compensação de imposto	-	-	-	(47.439)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(146.559)	24.591	(121.968)	(121.968)

11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

a. Controladora

	Transações 2020					Saldos 2020					
	Despesas/custos com serviços prestados	Custo de construção/Imobilizado/Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Contas a receber	AFAC	Mútuos	Dividendos/JCP a receber	AFAC	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladoras											
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189 (d)	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287 (d)	-
Controladas											
CIIS	-	-	-	-	-	32 (h)	13.731 (d)	-	2.534	-	1.109 (h)
Infra SP	-	-	-	-	-	65 (h)	-	-	-	-	690 (h)
Lam Vias	-	-	-	-	-	268 (h)	-	-	-	-	863 (h)
Mobilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 (h)
NovaDutra	-	-	22.058 (a)	-	-	1.725 (a)	-	-	-	-	-
ViaLagos	-	-	2.746 (a)	-	-	215 (a)	-	-	-	-	-
RodoNorte	-	-	6.272 (a)	7.193 (b)	-	511 (a)	-	239.943 (b)	-	-	66 (h)
AutoBan	-	-	23.070 (a)	-	-	1.826 (a)	-	-	-	-	22 (h)
ViaOeste	-	-	13.509 (a)	-	-	1.072 (a)	-	-	-	-	21 (h)
ViaQuatro	-	-	3.972 (a)	-	-	943 (a)	-	-	1.718	-	177 (h)
RodoAnel Oeste	-	-	5 (i)	-	-	21 (a)	-	-	-	-	-
CPC	272 (f)	8 (i)	1.099 (a)	-	-	920 (a)	-	-	-	-	-
Samm	408 (i)	-	876 (a)	-	-	69 (a)	43.357 (d)	-	52.084	-	183 (f)
SPVias	-	-	2.729 (a)	-	-	238 (a)	-	-	-	-	-
Barcas	-	-	4.011 (a)	1.785 (g)	-	352 (a) (g)	-	-	-	-	3 (h)
VLT Carioca	-	-	1.660 (a)	1.138 (g)	-	8.489 (a) (g)	-	-	-	-	-
Metrô Bahia	-	-	3.162 (a)	-	-	317 (a)	-	-	-	-	8 (h)
BH Airport	-	-	6.956 (a)	-	-	467 (a)	-	-	-	-	2 (h)
MSVia	-	-	3.838 (a)	-	-	300 (a)	-	-	-	-	552 (h)
ViaMobilidade	-	-	2.848 (a)	-	-	240 (a)	-	-	-	-	-
Quicko	-	-	92 (a)	-	-	9 (a)	-	-	-	-	-
ViaSul	-	-	3.091 (a)	-	-	243 (a)	-	-	-	-	1 (h)
Aeris	-	-	833 (a)	127 (j)	13 (j)	82 (a)	-	-	-	-	-
ViaCosteira	-	-	956 (a)	-	-	179 (a)	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto											
ViaRio	-	-	1.893 (a)	11.652 (c)	-	148 (a)	-	158.003 (c)	-	-	-
Renovias	-	-	2.161 (a)	-	-	171 (a)	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas											
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	-	-	76 (a)	-	-	-	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	-	3.834 (a)	-	-	300 (a)	-	-	-	-	-
Mundinvest	856 (k)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.536	13	112.903	21.895	13	19.278	57.088	397.946	56.336	1.916	3.711

	Transações 2019					Saldos 2019				
	Despesas/custos com serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Contas a receber	AFAC	Mútuos	Dividendos/JCP a receber	AFAC	Passivo Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras										
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	189 (d)	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	287 (d)	-
Controladas										
CIIS	-	-	-	79 (m)	-	5.976 (d)	-	10.423	-	-
Infra SP	-	-	-	-	8 (h)	-	-	-	-	-
Lam Vias	-	-	-	-	6 (h)	-	-	-	-	14 (h)
NovaDutra	-	21.358 (a)	-	780 (e)	-	1.670 (a)	-	-	-	-
ViaLagos	-	2.694 (a)	-	-	-	211 (a)	-	-	-	-
RodoNorte	-	6.191 (a)	2.314 (k)	484 (a)	-	233.893 (b)	-	-	-	-
AutoBan	-	22.192 (a)	14.397 (a)	1.740 (a)	-	-	-	-	-	3 (h)
ViaOeste	-	12.975 (a)	2.119 (e)	1.015 (a)	-	-	-	-	-	1 (h)
ViaQuatro	-	3.835 (a)	-	307 (a)	-	-	-	-	-	2 (h) (i)
RodoAnel Oeste	-	256 (a)	5.210 (e)	20 (a)	-	-	-	-	-	2 (h)
CPC	262 (f)	1.321 (a)	-	112 (a)	-	-	52.084	-	-	29 (f)
Samm	607 (i)	842 (a)	-	66 (a)	-	-	-	-	-	2 (h)
SPVias	-	2.623 (a)	-	205 (a)	-	-	-	-	-	2 (h)
Barcas	-	3.855 (a)	2.303 (g)	17.762 (a) (g)	-	-	-	-	-	-
VLT Carioca	-	2.325 (a)	1.154 (g)	5.794 (a) (g)	-	-	-	-	-	-
Metrô Bahia	-	3.097 (a)	-	242 (a)	-	-	-	-	-	-
BH Airport	-	7.300 (a)	-	602 (a)	-	-	-	-	-	-
MSVia	-	3.633 (a)	-	284 (a)	-	-	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	2.639 (a)	-	208 (a)	-	-	-	-	-	-
Quicko	-	408 (a)	-	7 (a)	-	-	-	-	-	-
ViaSul	-	2.030 (a)	-	272 (a)	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto										
ViaRio	-	1.816 (a)	16.091 (c)	142 (a)	-	190.568 (c)	-	-	-	-
Renovias	-	2.115 (a)	-	169 (a)	-	-	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020			2019		
	Total do ativo	Total das passivo circulante e não circulante	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total das passivo circulante e não circulante	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
MTH	31.853	435	4.471	34.904	221	3.339
NovaDutra	593.257	135.101	1.351.692	875.294	386.070	1.507.407
Parques	5.646	2.35	-	20	1	(33)
Pantufre	2.250.532	938.041	265.399	2.263.856	953.040	327.747
RodoAnel Oeste	1.034.899	1.170.704	1.070.004	(39.916)	1.338.446	1.182.201
Samm	256.573	186.603	109.389	7.579	221.505	106.354
SJO Holding	324.388	72.823	-	(100.479)	270.582	975
SPAC	87.462	8	(66.476)	153.932	2	(40.402)
SPPC	405.299	14	(90)	417.472	12.097	134
SPVias	1.692.181	1.412.444	689.223	191.176	1.812.874	1.545.709
Terminal	340.671	372.618	436.138	66.714	249.834	322.591
Terminal	41.572	4.463	(5.197)	3.628	6	240
Quicko	6.800	4.197	6	(18.042)	6.450	(11.092)
ViaLagos	269.578	264.836	124.843	36.486	286.890	260.722
ViaMobilidade	924.083	824.425	357.681	10.795	771.654	676.589
ViaOeste	683.925	437.245	981.566	272.005	1.014.395	1.051.573
ViaQuatro	1.694.096	1.518.760	362.434	9.165	1.780.992	1.563.707
Quiport Holdings	1.969.243	1.593.046	203.790	(15.720)	1.782.431	1.455.816
RS Holding	519.688	109.389	(84.881)	947.650	73	500
Viacoesteira	1.269.522	643.948	-	95.883	-	-
Viacoesteira	494.960	44.483	(118.202)	(1.180)	-	-
Subtotal	41.095.629	23.434.321	10.817.801	37.431	42.527.247	24.055.915
Controladora	13.277.776	5.536.616	112.903	191.032	11.523.435	3.384.647
Eliminações	(20.924.785)	(3.462.078)	(290.928)	(142.350)	(20.788.595)	(2.618.169)
Consolidado	33.448.620	25.508.859	10.639.776	86.113	33.262.087	24.822.393

b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto - Consolidado

Empreendimentos controlados em conjunto (a)	Local de constituição e operação	Percentual de participação		Atividade principal
		2020	2019	
Corporación Quiport	Ecuador	46,5%	46,5%	Concessão aeroportuária
Quiama BVI	Ilhas Virgens Britânicas	50,0%	50,0%	Holding
IAF	Espanha	46,5%	46,5%	Holding
ViaRio	Brasil (RJ)	66,66%	66,66%	Concessão rodoviária
Renovias	Brasil (SP)	40,0%	40,0%	Concessão rodoviária
Controlar	Brasil (SP)	49,5747%	49,5747%	Serviços

(a) Mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial.

b.1) Composição dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas em conjunto		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das controladas em conjunto		Resultado de equivalência patrimonial	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Corporación Quiport	1.086.931	967.525	504.153	448.402	(174.963)	195.920	(81.131)
Quiport Holdings (b)	-	-	-	-	-	58.796	-	29.392
Quiama BVI	15.052	16.686	7.528	8.344	8.112	24.330	4.056	12.165
IAF	21.499	8.985	9.995	4.177	9.690	8.329	4.506	3.873
ViaRio	120.426	125.325	79.331	82.435	(4.899)	(4.028)	(3.104)	(2.617)
VLT Carioca (a)	-	-	-	-	-	(12.983)	-	(5.009)
Renovias	93.202	94.178	37.275	37.666	163.925	182.423	65.570	72.969
Controlar	(808)	(314)	(379)	(135)	(494)	(1.755)	(244)	(866)
Total	1.336.302	1.212.385	637.903	580.339	1.371	451.032	(10.347)	117.343
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	-	-	153.410	159.625	-	-	(25.938)	(23.343)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	1.336.302	1.212.385	791.313	740.514	1.371	451.032	(36.285)	94.037

(a) A partir de 07 de outubro de 2019, a CCR passou a deter, indiretamente, o controle do VLT Carioca.
(b) A partir de 18 de outubro de 2019, a CCR passou a deter, indiretamente, o controle da Quiport Holdings.

b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Saldo inicial		Resultado de equivalência patrimonial		Dividendos e juros sobre capital próprio		Ajuste de avaliação patrimonial		Saldo final
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	
	Corporación Quiport	448.402	(81.131)	-	-	-	-	136.882	
Quiama BVI	8.344	4.056	-	-	(7.795)	-	2.923	7.528	
IAF	4.177	4.506	-	-	-	-	1.312	9.995	
ViaRio	82.435	(3.104)	-	-	(65.961)	-	-	79.331	
Renovias	37.666	66.667	-	-	-	-	-	37.275	
Controlar	(135)	(244)	-	-	-	-	-	(379)	
Total	580.889	(10.347)	-	-	(73.756)	-	141.117	637.903	
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	159.625	(25.938)	-	-	-	-	19.723	153.410	
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	740.514	(36.285)	-	-	(73.756)	-	160.840	791.313	

b.3) Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

A seguir estão apresentadas as informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto que são registrados utilizando o método de equivalência patrimonial. Os valores apresentados não consideram a participação da CCR, ou seja, referem-se a 100% das empresas.

Balanco patrimonial resumido

	2020						
	Corporación Quiport	Quiama BVI	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Ativo							
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	170.460	10.288	2.004	3.918	44.184	48.708	1.098
Outros ativos	244.415	4.206	15.026	100.579	7.580	40.245	303
Total do ativo circulante	414.875	14.494	17.030	104.497	51.764	88.953	1.461
Ativo não circulante	3.871.981	720	-	2.124.660	927.979	61.350	6
Total ativo	4.286.856	15.214	17.030	2.229.157	979.743	150.303	1.467
Passivo							
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros (1)	-	-	-	91.873	42.191	-	-
Outros passivos	187.641	162	9.546	75.024	8.884	52.583	-
Total do passivo circulante	187.641	162	9.546	166.897	51.075	52.583	-
Passivo não circulante	-	-	-	2.035.826	554.982	-	-
Passivos financeiros (1)	-	-	-	6.776	4.935	253.260	4.518
Outros passivos	3.012.284	-	6.776	2.040.761	805.242	4.518	2.275
Total do passivo não circulante	3.012.284	-	6.776	2.040.761	805.242	4.518	2.275
Patrimônio líquido	1.086.931	15.052	17.030	21.499	120.426	93.202	(808)
Total do passivo e patrimônio líquido	4.286.856	15.214	17.030	2.229.157	979.743	150.303	1.467

	2019						
	Corporación Quiport	Quiama BVI	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Ativo							
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	272.705	2.132	2.460	3.576	3.424	3.208	1.589
Outros ativos	186.329	14.392	11.472	81.047	102.482	72.445	361
Total do ativo circulante	459.034	16.524	13.932	84.623	105.906	75.653	1.950
Ativo não circulante	3.042.206	382	-	1.648.826	950.611	110.123	206
Total ativo	3.501.240	16.906	13.932	1.733.449	1.056.517	185.776	2.156
Passivo							
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros (1)	-	-	-	56.428	36.711	24.937	-
Outros passivos	138.319	220	8.030	71.701	8.661	60.033	16
Total do passivo circulante	138.319	220	8.030	128.129	45.372	84.970	16
Passivo não circulante	-	-	-	1.596.335	585.629	-	-
Passivos financeiros (1)	-	-	-	300.191	6.628	6.628	2.454
Outros passivos	2.395.396	-	5.528	1.596.335	885.820	6.628	2.454
Total do passivo não circulante	2.395.396	-	5.528	1.596.335	885.820	6.628	2.454
Patrimônio líquido	967.525	16.686	374	8.985	125.325	94.178	(314)
Total do passivo e patrimônio líquido	3.501.240	16.906	13.932	1.733.449	1.056.517	185.776	2.156

(1) Refere-se ao saldo de empréstimos e debêntures

Demonstração do resultado resumida

	2020						
	Corporación Quiport	Quiama BVI	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Receita	489.609	11.252	17.996	-	133.703	423.018	-
Depreciação e amortização	(147.761)	-	-	-	(31.774)	(26.660)	-
Receita financeira	14.570	-	-	265.927	1.731	1.008	30
Despesa financeira	(274.658)	(14)	(82)	(249.688)	(54.368)	(1.168)	-
Resultado de operações antes dos impostos	(174.963)	8.112	218	13.467	(7.103)	244.495	(494)
IR e CS	-	-	-	(3.777)	2.204	(80.570)	-
Resultado de operações	(174.963)	8.112	218	9.690	(4.899)	163.925	(494)
Outros resultados abrangentes	294.369	23.082	110	8.284	(4.989)	-	-
Resultado abrangente do exercício	119.406	31.194	328	12.514	(4.899)	163.925	(494)

	2019						
	Corporación Quiport	Quiport Icaros (1)	Quiport Holdings (2)	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	VLT Carioca (3)
Receita	851.645	-	-	68.270	-	156.460	155.063
Depreciação e amortização	(141.030)	1.008	-	-	-	(30.431)	(14.040)
Receita financeira	(185.065)	(8)	(12)	(20)	(62)	(153.305)	(16.287)
Despesa financeira	(274.658)	(14)	(82)	(249.688)	(54.368)	(1.168)	-
Resultado de operações antes dos impostos	195.920	29.727	58.862	24.330	138	11.234	(18.369)
IR e CS	-	(20)	(66)	-	(2.905)	2.124	5.386
Resultado de operações	195.920	29.707	58.796	24.330	138	8.329	(4.028)
Outros resultados abrangentes	(625.744)	40.891	65.769	(563)	7	231	-
Resultado abrangente do período	(429.824)	70.598	124.565	23.767	145	8.560	(4.028)

(1) Em 18 de agosto de 2019, foi vendida a participação na Icaros.
(2) Em 18 de outubro de 2019, foi adquirido o controle da Quiport Holdings.
(3) Em 07 de outubro de 2019, foi adquirido o controle do VLT Carioca.

c) Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

a) RodoNorte
i. **Processo de encampação**
Em 04 de julho de 20



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 1º de abril de 2020, foi firmado contrato de *swap* entre a ViaMobilidade e o Banco Itaú Unibanco, reproduzindo o mesmo fluxo de juros e amortização da 2ª emissão de debêntures, de modo que a operação fique com taxa efetiva de CDI + 1,44% a.a..

14. Linha 15
a. Em 31 de janeiro de 2020, ocorreu o resgate antecipado desta emissão.
15. RS Holding
a. Em 29 de junho de 2020, após a concordância dos debenturistas, ocorreu a cessão da 5ª emissão de debêntures da CPC para RS Holding, tornando-se a 1ª emissão de debêntures desta controlada, mantidas as condições originais contratadas. As garantias foram adaptadas ao contexto da cessão das debêntures, sendo: (i) a cessão fiduciária de todo e qualquer direito creditório que venha a ser pago pela ViaSul à RS Holding a título de bonificação de ações e/ou dividendo, juros sobre o capital próprio, ou qualquer outra forma de distribuição de resultados da ViaSul à RS Holding em razão da participação detida pela RS Holding na ViaSul; (ii) conta reserva, de titularidade da RS Holding; (iii) conta dividendos, de titularidade da RS Holding; (iv) alienação fiduciária da RS Holding e Participações S.A. ("RS Holding").

18. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais - Consolidado

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020					
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis, administrativos e outros	45.516	64.533	(18.894)	(23.913)	4.796	72.038
Trabalhistas e previdenciários	61.725	21.952	(10.027)	(18.738)	5.323	60.235
Tributários	38.004	19.508	(3.379)	-	8.474	62.607
Contratuais (a)	-	132.980	-	-	-	132.980
	145.245	228.973	(32.300)	(42.651)	18.593	327.860

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível. Os montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

(a) Com relação aos processos cíveis, a ANTT lavrou até 31 de dezembro de 2020, autos de infração contra a MSVia, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão, os quais totalizam o valor de R\$ 368.611, dos quais R\$ 235.631 (R\$ 159.570 em 2019) são avaliados como sendo de risco possível e R\$ 132.980 de risco provável (não havia autos de infração avaliados como risco provável em 31/12/2019) e, portanto, foram provisionados. Sem embargo das defesas e recursos administrativos, a controlada requereu, na arbitragem atualmente em curso que discute a indenização que lhe é devida por todos os eventos que violaram o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a concessão de liminar que suspenda a exigibilidade de todas as multas vinculadas à não realização de investimentos até a conclusão do procedimento arbitral. Tal pedido ainda não foi apreciado.

	2020	2019
Cíveis e administrativos (a)	430.875	350.598
Trabalhistas e previdenciários	34.966	36.095
Tributários (a) (b) (c) (d)	1.019.896	643.040
	1.485.737	1.029.733

Os principais processos relativos às questões tributárias são:
(a) Em 21 de novembro de 2017, a SPVias ajuizou medida cautelar nº 5003802-06.2017.4.03.6110, perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba – SP, contra a União Federal, para obter garantia (seguro judicial) relativa a supostos débitos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 224.330 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 197.902 em 31 de dezembro de 2019), oriundos de despesas de amortização de ágio (direito de concessão gerado na aquisição da controlada) nos anos-calendário 2014 a 2017, decorrentes da operação de aquisição do investimento na SPVias realizada entre partes independentes, com comprovação de pagamento de prep e laudo de avaliação atendendo à lei societária, seguida de incorporação reversa. A liminar foi concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 12 de janeiro de 2018, referente à aceitação da garantia bancária. Em 07 de março de 2018, a SPVias ajuizou ação pleiteando a anulação dos referidos débitos tributários, bem como a declaração do direito à amortização fiscal das referidas despesas para os anos-calendários futuros. A União contestou a ação, sendo que a SPVias, em sequência, apresentou a sua réplica. Em 25 de setembro de 2019, foi determinada a realização de perícia judicial. Aguarda-se a apresentação de estimativa de honorários por parte do perito judicial. Além da garantia dos débitos representada pelo seguro, a SPVias vem também procedendo com depósitos judiciais da parcela controversa relativa aos fatos geradores ocorridos no curso da ação judicial cujo total em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 60.995 (R\$ 37.557 em 31 de dezembro de 2019).
(b) Em 15 de dezembro de 2017, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, oriundas de (i) amortização de ágio, (ii) despesas financeiras incorridas com a emissão de debêntures, e (iii) multas isoladas relativas às diferenças no cálculo das estimativas mensais. Em 16 de janeiro de 2018, a SPVias apresentou a impugnação, na qual informou que os débitos referentes a amortização do ágio foram incluídos no PERT (lei nº 13.496/2017), já consolidado, tendo contestado a parcela referente à glosa das despesas financeiras e multas isoladas, correspondente ao valor total atualizado de R\$ 274.779, em 31 de dezembro de 2020. Em 12 de novembro de 2018, a controlada foi notificada da decisão de 1ª instância administrativa, a qual deu parcial provimento à impugnação da SPVias para redução do débito em discussão na parcela correspondente à qualificação da multa, reduzindo o débito atualizado em discussão para R\$ 160.996. Referida redução está sujeita ao recurso de ofício a ser apreciado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Por sua vez, a SPVias também recorreu ao CARF em função do estágio avançado de devolução amigável da MSVia (ver detalhes na nota explicativa 10, item c), subitem 1.iii).
(c) Em 03 de setembro de 2019, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração, por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, acrescidas de multa de ofício qualificada (150%), multas isoladas e de juros de mora, decorrentes da glosa de despesas incorridas com o pagamento de comissão e juros de debêntures emitidas, correspondente ao valor atualizado de R\$ 164.733 (R\$ 158.589 em 31 de dezembro de 2019). Em 02 de outubro de 2019, a SPVias apresentou a impugnação contestando a glosa das referidas despesas financeiras bem como da aplicação das multas qualificadas e isoladas. Aguarda-se a apreciação da impugnação.
(d) Em 08 de dezembro de 2020, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração, por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, acrescidas de multa de ofício, multas isoladas e de juros de mora, correspondente ao valor atualizado de R\$ 255.442, posteriormente complementado por auto de infração lavrado para exigir a multa punitiva missiva (75%) e a qualificada (150%), correspondente ao valor atualizado de R\$ 91.276, totalizando, portanto, o montante de R\$ 346.718, decorrentes da glosa de despesas incorridas com o pagamento de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 12 de janeiro de 2021, a SPVias apresentou a impugnação contestando a glosa das referidas despesas financeiras, bem como, posteriormente, a relativa à aplicação das multas qualificadas e isoladas. Aguarda-se a apreciação das impugnações. Referida autuação compreende a glosa de despesas financeiras incorridas com as debêntures da 4ª e 5ª emissão, sendo que a controlada continuou a deduzir despesas referentes a tais emissões nos anos-calendário 2017 e 2020, o que ocasionou a redução do IRPJ e CSLL devidos no período no montante de R\$ 84.415. Inexistiu questionamento das autoridades fazendárias em relação a tais despesas deduzidas nos anos-calendário 2017 a 2020 até o momento.
(e) Do montante total, R\$ 235.631 refere-se a casos considerados possíveis da MSVia. Vide mais detalhes na explicação (a) do quadro acima, referente a casos prováveis. Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 52.506 (R\$ 98.015 em 31 de dezembro de 2019).

19. Provisão de manutenção

	2019		2020		
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização Transferências	Saldo final
Circulante	125.824	(125.175) (a)	4.581	(104.622)	250.758
Não circulante	224.159	70.124	15.040	(250.758)	58.565
	349.983	(55.051)	19.621	(104.622)	209.931

As taxas anuais de 2020 e 2019, para o cálculo do valor presente, são de 6,49% a.a. e 6,60% a.a., respectivamente.
(a) Em função do estágio avançado de devolução amigável da MSVia (ver detalhes na nota explicativa 10, item c), subitem 1.iii), o horizonte provável de término da concessão passou a ser de 2 anos e a provisão de manutenção foi adequada para refletir essa expectativa, e atender aos requisitos de manutenção dentro desse período.

20. Impostos e contribuições federais, estaduais, municipais e multa com o Poder concedente - parcelados - Consolidado

	2019		2020		
	Saldo Inicial	Adições	Atualização monetária	Pagamentos Transferência	Saldo final
Circulante					
Impostos e contribuições					
Novo/Outra	962	-	-	(962)	-
AutoBAn	508	-	-	(466)	508
Samm	61	-	3	(61)	59
Barcas	186	-	3	(187)	189
VLT Carioca	74	7	3	(90)	89
Multa com o Poder concedente					
MSVia	486	-	18	(713)	1.174
	2.277	7	27	(2.479)	1.849
Não circulante					
Impostos e contribuições					
AutoBAn	1.228	-	-	(508)	720
Samm	254	-	4	(59)	199
Barcas	712	-	(75)	(69)	381
VLT Carioca	162	-	(13)	(89)	80
Multa com o Poder concedente					
MSVia	893	2.387	23	1	(1.174)
	3.269	2.387	(48)	(81)	(2.017)

21. Patrimônio líquido

a. Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.126.100, composto por 2.020.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.
b. Custos de captação
Nesta rubrica foram reconhecidos os custos de transação relativos aos processos de oferta pública de ações ocorridos em 2009 e 2017.
c. Transação com sócios
Refere-se a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação com sócios decorrente de cessão de opção de compra de terreno.
d. Ágio em transição de capital
Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos decorrentes das mudanças na participação societária da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da controladora é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
e. Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
f. Reserva de retenção de lucros
Foi constituída em 2019, em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. Para o ano de 2020, não foi necessária constituição.
g. Dividendos
Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).
Em 09 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos à conta de dividendos adicionais propostos em 2019, no montante de R\$ 600.000, correspondentes a R\$ 0,29702970297 por ação ordinária, sendo R\$ 33.901 a conta parte do saldo de Reserva de Retenção de Lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 566.099 do Lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, com pagamento em 22 de abril de 2020.
Em 28 de setembro de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (PCA), o pagamento de dividendos intermediários à conta de reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 373.243, correspondentes a R\$ 0,18477410142 por ação ordinária, com pagamento em 30 de outubro de 2020.
A Administração da Companhia propõe o destaque de dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 45.370, relativo aos lucros apurados no exercício de 2020 e a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 136.111, a serem aprovados na AGO de 2021.
Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	191.032
Lucro líquido do exercício (controladora)	191.032
(-) Constituição de reserva legal	(9.552)
Lucro líquido ajustado	181.480
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	45.370
Dividendos mínimos aprovados e pagos	-

h. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)
Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:
• Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
• Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o ativo ou passivo não circulante à medida da realização das operações protegidas.
• Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido.
i. Lucro básico e diluído
A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Numerador				
Lucro líquido	191.032	1.438.255	86.113	1.426.452
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.020.000	2.020.000	2.020.000	2.020.000
Lucro líquido por ação - básico e diluído	0,09457	0,71201	0,04263	0,70616

22. Receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas de pedágio	-	-	6.905.700	7.050.051
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	-	946.379	1.096.416
Receitas aeroportuárias	-	-	1.071.299	1.136.279
Receitas metroviárias	-	-	959.621	1.365.143
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	-	368.674	247.103
Receitas acessórias	-	-	178.908	191.821
Receitas aquaviárias	-	-	54.310	136.264
Receitas de serviços de fibra óptica	-	-	101.574	99.604
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	33.284	31.945
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	16.630	29.660
Receita de gerenciamento e programas de fidelização	112.903	108.155	-	-
Receitas de emissão de cartão de embarque	-	-	6	-
Receita bruta	-	-	1.391	2.220
Impostos sobre receitas	(112.903)	(108.155)	(10.639.776)	(11.386.506)
Abatimentos	(13.830)	(12.854)	(713.790)	(744.616)
Deduções das receitas brutas				
	(13.830)	(12.854)	(36.506)	(51.079)
			(750.296)	(795.695)
Receita operacional líquida	99.073	95.301	9.889.480	10.590.811

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:
Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
				Moeda local		Moeda local		Moeda Local Recebidos/Pagos		Valores a receber/recebidos		Valores a pagar/pagos		Ganho/(Perda) em resultado	
				2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
SWAP															
SPVias															
Posição ativa	Santander	31/07/2020	15/08/2022 (2)	115% do CDI	791.960	-	667.854	-	(38)	587	-	(538)	11	-	
Posição passiva				CDI + 0,4050% a.a.	-	-	(667.805)	-	-	-	-	-	-	-	
ViaMobilidade															
Posição ativa	Unibanco	03/04/2020	01/04/2030 (2)	9,76% CDI + 1,44% a.a.	700.000	-	778.674	19.268	-	72.948	-	-	92.216	-	
Posição passiva				CDI + 1,44% a.a.	-	-	(705.726)	-	-	-	-	-	-	-	
RodoAnel															
Posição ativa	Merrill Lynch	14/12/20	26/04/2024 (2)	120% do CDI	384.000	-	384.066	-	-	915	-	(1.443)	(528)	-	
Posição passiva				CDI + 0,9940% a.a.	-	-	(384.594)	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 2020					1.875.960	-	72.469	-	19.230	74.450	-	(1.981)	91.699	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					-	-	-	-	91.898	91.716	201.454	-	91.898	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES					-	-	-	-	110.946	201.454	74.450	91.898	(1.981)	-	
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE					-	-	-	-	-	39.329	91.898	(1.981)	-	80	
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE					-	-	-	-	-	35.121	-	-	-	80	

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nacional mencionado é o da tranche vigente; e
(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.
Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	2020	2019
Riscos cambiais	-	271
Riscos de juros	90.340	29.414
Total	90.340	29.685

A rubrica Receitas Aeroportuárias inclui o montante de R\$ 112.479 (atualizado para 31/12/2020), registrado em dezembro de 2020, relativo ao equilíbrio de curto prazo da Covid-19, formalizado através do Ofício 279/20 do Ministério da Infraestrutura em 15 de dezembro de 2020.
A rubrica Receitas Metroviárias está reduzida no montante de R\$ 110.392, pela reversão de receitas registradas em 2019, referente à parcela controversa da receita de mitigação de demanda entre o Metrô Bahia e o Poder Concedente sobre o 1º ano de Operação Plena do SMSL. Para maiores detalhes, vide a nota explicativa nº 8 (item g).

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(197.195)	(138.815)	(1.178.244)	(1.245.382)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.516)	(7.193)	(135.549)	(150.815)
Variação cambial sobre obrigações com Poder Concedente	-	-	(137.524)	(77.522)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(13)	-	(39.400)	(15.113)
Perda com operações de derivativos	-	-	(77.536)	(179.475)
Variação cambial sobre operações com derivativos	-	-	-	(41.658)
Juros sobre impostos, contribuições e multa com o Poder conced				

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

www.grupoccr.com.br

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (R)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Capital de giro	CDI (2)	Março de 2021	CCR	523.307	(6.989)	(7.562)	(8.134)
Santander (Capital de giro)	CDI (2)	Maio de 2021	CCR	462.131	(25.019)	(27.281)	(29.542)
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª Série	CDI (2)	Novembro de 2022	CCR	665.920	(19.033)	(22.192)	(25.371)
Debêntures - 11ª Emissão - 3ª Série	CDI (2)	Novembro de 2024	CCR	391.613	(13.372)	(15.253)	(17.133)
Debêntures - 11ª Emissão - 4ª Série	IPC-A (3)	Novembro de 2024	CCR	200.644	(21.539)	(23.929)	(26.319)
Debêntures - 12ª Emissão	CDI (2)	Dezembro de 2025	CCR	801.164	(29.796)	(33.654)	(37.512)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI (2)	Maio de 2022	CCR	703.082	(36.137)	(39.569)	(43.001)
Debêntures - 14ª Emissão - 1ª Série	CDI (2)	Dezembro de 2026	CCR	480.696	(19.829)	(22.153)	(24.477)
Debêntures - 14ª Emissão - 2ª Série	IPC-A (3)	Dezembro de 2028	CCR	483.198	(43.333)	(49.027)	(54.721)
Notas Promissórias - 3ª Emissão	CDI (2)	Abril de 2021	CCR	418.933	(6.874)	(7.215)	(7.755)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		CCR	1.024.218	18.817	23.519	28.221
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		CCR	1.757.757	19.963	24.940	29.913
Efeito líquido					(182.921)	(199.376)	(215.831)
Debêntures - 8ª Emissão	IPC-A (3)	Julho de 2022	AutoBan	836.911	(83.770)	(93.519)	(103.267)
Debêntures - 9ª Emissão	CDI (2)	Agosto de 2021	AutoBan	337.261	(4.442)	(5.549)	(6.654)
Debêntures - 10ª Emissão	AutoBan	Outubro de 2026	AutoBan	673.917	(20.960)	(24.187)	(27.413)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI (2)	Julho de 2023	AutoBan	397.419	(18.087)	(20.017)	(21.946)
ISS Parcelado	Selic (6)		AutoBan	1.270	(24)	(30)	(36)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		AutoBan	135.213	2.484	3.105	3.726
Aplicação financeira (CDB) (8)	CDI (2)		AutoBan	150.948	1.677	2.094	2.510
Efeito líquido					(123.122)	(138.103)	(153.800)
Debêntures - 6ª Emissão	IPC-A (3)	Novembro de 2021	ViaOeste	315.214	(29.885)	(33.093)	(36.296)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		ViaOeste	59.158	1.087	1.358	1.630
Efeito líquido					(28.798)	(31.735)	(34.666)
Debêntures - 5ª Emissão - 1ª Série	CDI (2)	Março de 2028	ViaQuatro	773.755	(32.703)	(36.447)	(40.191)
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	IPC-A (3)	Março de 2028	ViaQuatro	553.598	(64.435)	(70.976)	(77.518)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (7)	CDI (2)		ViaQuatro	29.483	499	624	748
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		ViaQuatro	59.291	878	1.098	1.316
Efeito líquido					(95.761)	(105.701)	(115.645)
Debêntures - 6ª Emissão	CDI (2)	Abril de 2024	RodoAnel Oeste	771.173	(17.545)	(19.941)	(22.342)
Swap CDI x CDI (ponta ativa)	CDI (2)	Abril de 2024	RodoAnel Oeste	(384.413)	8.781	10.982	13.184
Swap CDI x CDI (ponta passiva)	CDI (2)	Abril de 2024	RodoAnel Oeste	384.525	(11.201)	(13.045)	(14.890)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		RodoAnel Oeste	168.209	3.090	3.863	4.635
Mútuo Rodoanel Oeste x Terceiro	CDI (2)	Novembro de 2024	RodoAnel Oeste	115.816	(2.312)	(2.890)	(3.468)
Efeito líquido					(19.187)	(23.031)	(26.881)
Debêntures - 5ª Emissão	IPC-A (3)	Novembro de 2021	RodoNorte	116.843	(10.636)	(12.023)	(13.209)
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	IPC-A (3)	Novembro de 2021	RodoNorte	221.274	(15.294)	(17.239)	(19.182)
Debêntures - 7ª Emissão	CDI (2)	Julho de 2021	RodoNorte	100.928	(1.194)	(1.492)	(1.788)
Acordo de leniência	Selic (6)	Novembro de 2021	RodoNorte	293.666	(5.580)	(6.975)	(8.369)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		RodoNorte	103.822	1.907	2.384	2.861
Efeito líquido					(30.997)	(35.345)	(39.687)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		NovaDutra	346.531	6.392	7.974	9.966
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		NovaDutra	16.428	80	102	126
Efeito líquido					6.472	8.076	9.892
Debêntures - 6ª Emissão	CDI (2)	Agosto de 2022	SPVias	665.290	(14.499)	(18.130)	(21.763)
Debêntures - 7ª Emissão	CDI (2)	Agosto de 2021	SPVias	156.735	(2.461)	(2.890)	(3.319)
Debêntures - 8ª Emissão	CDI (2)	Abril de 2023	SPVias	435.587	(25.482)	(27.623)	(29.764)
Swap CDI x CDI (ponta ativa)	CDI (2)	Agosto de 2022	SPVias	(665.290)	14.499	18.130	21.763
Swap CDI x CDI (ponta passiva)	CDI (2)	Agosto de 2022	SPVias	665.593	(15.331)	(18.492)	(21.654)
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		SPVias	114.095	625	780	934
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		SPVias	62.086	1.141	1.426	1.711
Efeito líquido					(41.508)	(46.799)	(52.092)
BNDES	TJLP (6)	Março de 2042	Metrô Bahia	3.656.765	(287.371)	(328.106)	(368.846)
Notas Promissórias - 2ª Emissão	CDI (2)	Jan. 2021	Metrô Bahia	59.912	(63)	(74)	(85)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		Metrô Bahia	165.444	3.040	3.799	4.559
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		Metrô Bahia	5.852	109	136	163
Aplicações financeiras (Santander) (7)	CDI (2)		Metrô Bahia	1.130	15	19	22
Efeito líquido					(284.270)	(324.226)	(364.187)
Debêntures - 5ª Emissão	CDI (2)	Julho de 2023	ViaLagos	218.868	(10.361)	(11.425)	(12.490)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		ViaLagos	19.578	360	450	539
Efeito líquido					(10.001)	(10.975)	(11.951)
Notas Promissórias - 12ª Emissão	CDI (2)	Abril de 2021	Samm	44.010	(312)	(364)	(416)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		Samm	27.214	500	625	750
Parcelamento ICMS	Selic (6)		Samm	179	(3)	(4)	(5)
ISS Parcelado	Selic (6)		Samm	82	(2)	(2)	(2)
Efeito líquido					183	255	327
BNDES	TJLP (6)	Março de 2039	MSVias	688.695	(44.638)	(52.308)	(59.981)
CEF (REPASSE BNDES)	TJLP (6)	Março de 2039	MSVias	54.551	(3.536)	(4.143)	(4.751)
CEF (FINISA)	TJLP (6)	Março de 2039	MSVias	130.970	(8.489)	(9.948)	(11.407)
Auto de infração - Poder Concedente	Selic (6)		MSVias	3.095	(59)	(74)	(88)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		MSVias	53.091	975	1.219	1.463
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (7)	CDI (2)		MSVias	25.473	431	539	647
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		MSVias	5.787	77	96	116
Efeito líquido					(55.239)	(64.619)	(74.001)
BNDES	TJLP (6)	Dezembro de 2035	BH Airport	431.929	(29.354)	(34.166)	(38.978)
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		BH Airport	64.507	860	1.074	1.289
Efeito líquido					(28.494)	(33.092)	(37.689)
Debêntures - Debêntures	CDI (2)	Outubro de 2031	RS Holding	647.628	(22.114)	(25.224)	(28.333)
Aplicação financeira (CDB) (6)	CDI (2)		RS Holding	55.163	910	1.138	1.366
Efeito líquido					(21.204)	(24.086)	(26.967)
Loan Facility Agreement	Libor 6 meses (4)	Julho de 2021	TAS	42.111	(1.092)	(1.399)	(1.721)
Libor 6 meses (4)	Libor 6 meses (4)	Outubro de 2022	TAS	47.035	(1.315)	(1.682)	(2.065)
Efeito líquido					(2.407)	(3.081)	(3.785)
Swap Pré-Fixado x CDI (ponta passiva)	CDI (2)	Abril de 2030	ViaMobilidade	705.727	(23.764)	(27.165)	(30.565)
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		ViaMobilidade	84.948	1.931	2.421	2.911
Efeito líquido					(23.033)	(26.254)	(29.471)
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		ViaSul	114.361	2.109	1.582	1.055
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		ViaSul	524.128	6.400	4.803	3.203
Efeito líquido					8.509	6.385	4.258
Aplicação financeira (Menkar II) (7)	CDI (2)		Barcas	30.354	558	697	836
Dívida Consolidada - Parcelamento Lei nº 11.947/09	Selic (6)		Barcas	569	(11)	(14)	(16)
Mútuo Barcas x JCA Holding	CDI (2)	Dezembro de 2020	Barcas	2.342	(57)	(71)	(85)
Mútuo Barcas x Riopar	CDI (2)	Dezembro de 2020	Barcas	1.794	(44)	(54)	(65)
Efeito líquido					446	558	670
BNDES	TJLP (6)	Novembro de 2035	VLT Carioca	852.289	(67.697)	(77.192)	(86.687)
Aplicação financeira (CDB) (7)	CDI (2)		VLT Carioca	32.894	221	274	331
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (7)	CDI (2)		VLT Carioca	1	1	1	1
ISS Parcelado	Selic (6)		VLT Carioca	163	(3)	(4)	(5)
Mútuo VLT x Invepar	CDI (2)	Dezembro de 2027	VLT Carioca	142.069	(16.099)	(18.624)	(21.332)
Mútuo VLT x Odebrecht	CDI (2)	Dezembro de 2027	VLT Carioca	142.069	(16.099)	(18.624)	(21.332)
Mútuo VLT x Riopar	CDI (2)	Dezembro de 2027	VLT Carioca	142.054	(16.098)	(18.623)	(21.331)
Efeito líquido					(115.775)	(128.793)	(150.355)
Aplicação financeira (CDB) (10)	CDI (2)		ViaCosteira	346.445	2.836	2.130	1.422
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		CP	15.964	294	221	147
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		CIP	156	3	2	1
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		CIIS	19.146	353	265	177
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		SPCC	7.929	146	110	73
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		Inovap 5	697	13	10	6
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		ATP	2.713	50	38	25
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		Ponte	3.829	71	53	35
Aplicação financeira (CDB) (10)	CDI (2)		Linha 15	909	14	10	7
Aplicação financeira (CDB) (10)	CDI (2)		CPA	247	3	3	2
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (10)	CDI (2)		SPAC	241	4	3	2
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (10)	CDI (2)		Five Trilhos	2.792	47	36	24
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (10)	CDI (2)		Quicko	1.194	20	15	10
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		Infra SP	34.493	636	477	318
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		Lam Vias	7.704	142	107	71
Aplicação financeira (Menkar II) (10)	CDI (2)		Mobilidade	3.258	60	45	30
Efeito líquido					4.692	3.525	2.350
Total do efeito de ganho ou (perda)					(1.042.405)	(1.208.631)	(1.295.443)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos					(1.066.652)	(1.159.582)	(1.350.539)
Efeito sobre os mútuos					(50.709)	(34.886)	(37.613)
Efeito sobre as obrigações parceladas					(102)	(128)	(152)
Efeito sobre o acordo de leniência					(15.580)	(17.375)	(19.368)
Efeito sobre as aplicações financeiras					80.638	90.940	101.230
Total do efeito de ganho/(perda)					(1.042.405)	(1.159.631)	(1.295.443)

As taxas de juros consideradas foram (1):

	CDI (2)	IPC-A (3)	Libor 6 meses (4)	TJLP (6)	Selic over (6)	CDI (2)
	1,90%	2,38%	2,85%	6,78%	5,49%	2,85%
	4,52%	5,65%	6,78%	0,26%	0,39%	6,59%
	1,90%	2,38%	2,85%	6,78%	5,49%	2,85%
	1,90%	1,43%	0,95%			



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2021 a 31/01/2021	01/01/2020 a 31/01/2020	% Variação	
RodoNorte	67.042	69.635	-4%	Aeris
ViaLagos	14.519	15.117	-4%	Quiport (a)
MSVia	24.045	22.646	6%	Curação
ViaRio (a)	11.811	11.746	1%	BH Airport
ViaSul¹	36.855	19.866	86%	CCR Aeroportos
CCR Lam Vias	267.606	255.774	5%	¹ VLT Carioca: Início da Linha 3 em 26/10/2019.

¹ ViaSul: Início de cobrança em 15/02/2019, nas praças P2 e P3 e início em 09/02/2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7)

ViaQuatro	25.502	49.002	-48%	² ViaMobilidade (Linhas 3 e 17): Em 2019, <i>Ramp-up</i> e inauguração da estação Campo Belo.
Barcas	2.957	10.911	-73%	Valores apresentados em 100%, sem consideração da participação do Grupo CCR.
Metró Bahia	69.018	71.144	-3%	• CCR – Contratação de Swap
VLT Carioca¹ (a)	19.336	78.534	-75%	Em 13 de janeiro de 2021, foram firmados dois contratos de <i>swap</i> para proteção de 100% da 2ª série da 14ª emissão de debêntures, trocando IPCA + 4,25% a.a. para CDI + 1,76% a.a..
ViaMobilidade²	15.396	24.976	-38%	• CCR – Capital de giro
CCR Mobilidade	132.209	234.567	-44%	Em 29 de janeiro de 2021, ocorreu o pagamento antecipado de operações de Capital de Giro com o Banco Santander no montante de R\$ 500.000.

Diretoria

MARCO ANTONIO SOUZA CAUDURO Diretor-Presidente	PEDRO PAULO ARCHER SUTTER Diretor Vice-Presidente de Governança, Riscos, Compliance e Auditoria	ANTONIO DE TOLEDO MENDES PEREIRA FILHO Diretor de Comunicação e Sustentabilidade	CRISTIANE ALEXANDRA LOPES GOMES Diretora de Negócios	EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO Diretor de Negócios
FÁBIO RUSSO CORRÊA Diretor de Negócios	GUSTAVO MARQUES DO CANTO LOPES Diretor de Desenvolvimento de Novo Negócio	LUIS AUGUSTO VALENÇA DE OLIVEIRA Diretor de Negócios	MARCIO YASSUHIRO IHA Diretor de Global Business Services	ROBERTO PENNA CHAVES NETO Diretor Jurídico e Relações Governamentais
WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR Diretor Financeiro e DRI				

Conselho de Administração

ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA Presidente	RICARDO COUTINHO DE SENA Vice-Presidente	EDUARDO BUNKER GENTIL Conselheiro Independente	ELIANE ALEIXO LUSTOSA DE ANDRADE Conselheiro Independente	FERNANDO LUIZ AGUIAR FILHO Conselheiro
FLÁVIO MENDES AIDAR Conselheiro	HENRIQUE SUTTON DE SOUSA NEVES Conselheiro	LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA Conselheiro Independente	PAULO ROBERTO RECKZIEGEL GUEDES Conselheiro	LUIS CLAUDIO RAPPARINI SOARES Conselheiro
LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN Conselheiro Independente	LUIZ CARLOS CAVALCANTI DUTRA JR. Conselheiro	RENATO TORRES DE FARIA Conselheiro		

Contador

HÉLIO AURÉLIO DA SILVA - CRC 1SP 129.452/0-3

ADALGISO FRAGOSO DE FARIA

BRUNO GONÇALVES SIQUEIRA

PIEDADE MOTA DA FONSECA

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CCR S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras") e da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à proposta de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo/SP, 26 de fevereiro de 2021.

Bruno Gonçalves Siqueira	Adalgiso Fragoço de Faria	Piedade Mota da Fonseca
---------------------------------	----------------------------------	--------------------------------

Parecer do Comitê de Auditoria e Compliance da CCR de 2020

O Comitê de Auditoria e Compliance da CCR ("CAC") é órgão estatutário, de caráter permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração cujos objetivos incluem zelar pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, e da adequação dos controles internos da Companhia, tratar de questões relacionadas a Compliance e operações com Partes Relacionadas, assegurar a independência e objetividade dos auditores externos e internos e que a política e a estratégia de gerenciamento de riscos reflitam a visão do Conselho de Administração.

O CAC baseia o seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas das diretorias envolvidas na preparação das demonstrações financeiras e nos controles internos, dos auditores internos, dos auditores internos terceirizados e dos auditores externos.

É formado por cinco membros, sendo três conselheiros de administração titulares (que atendem aos requisitos de independência da Instrução CVM nº 308/99) e dois conselheiros suplentes. O CAC se reuniu dezoito vezes no período de março de 2020 e fevereiro de 2021.

Atividades do CAC - Auditoria Interna, Compliance e demais temas relacionados

Ao longo do período entre março de 2020 e fevereiro de 2021, o CAC reuniu-se em oito ocasiões diferentes com diretores e colaboradores das várias unidades de negócios e companhias controladas do Grupo CCR, com os auditores internos corporativos e com os auditores internos terceirizados (E&Y) para discutir o funcionamento das respectivas áreas sob auditoria, eventuais deficiências em seus processos de trabalho e sistemas de controle, os planos de ação e seu acompanhamento. Foram realizadas sessões privadas com a E&Y em todas as ocasiões.

O Plano de Auditoria recomendado pelo CAC é aprovado pelo Conselho de Administração da CCR para o ano de 2020 manteve o mesmo volume de horas de trabalho e número de processos auditados em 2019. Apesar das dificuldades trazidas pela pandemia ao longo do ano, o Plano de Auditoria aprovado foi substancialmente concluído. A E&Y apresentou os resultados para os seguintes processos que foram objeto de auditoria no período:

- Relatórios de Auditoria Interna discutidos;
- Renovias - Receita Tarifária, Faixa de Domínio e Receitas Acessórias
- CCR ViaLagos - Receita Tarifária - automatização da auditoria
- Calipdo - Avaliação do ambiente de TI - Portal Atlas Governance
- CCR Actua - Compras e Aquisições
- CCR EngelogTec - Compras e Contratações
- Grupo CCR - Gestão de Partes Relacionadas
- CCR Holding - Reequilíbrios contratuais com fornecedores
- Instituto CCR - Processo de doações e patrocínios
- CCR Metrô Bahia - Medições de serviços e recebimento de materiais
- CCR RodoNorte - Gestão e cumprimento do Contrato de Concessão/Relacionamento com Órgãos Públicos
- CCR SPVias e CCR Engelog - Gestão de licenças/Cumprimento regulatório e contratual
- CCR Engelog - Compras e Contratações
- CCR NovaDutra - Plano de desmobilização do Contrato de Concessão
- CCR Barcas - Gestão e cumprimento do contrato de concessão/Relacionamento com Órgãos Públicos
- CCR Infra SP - Automatização de auditorias de Arrecadação de Rodovias
- ViaQuatro - Cumprimento do Acordo de Acionistas
- CCR ViaSul - Avaliação da elaboração de pleitos de Reequilíbrio
- CCR EngelogTec - Automatização de auditorias de Arrecadação de Rodovias

LUIS CLAUDIO RAPPARINI SOARES Coordenador do Comitê	FERNANDO SANTOS SALES LEONARDO DE ALMEIDA MASSA	LEONARDO PORCIÚNCULA GOMES PEREIRA LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN
---	--	---

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da CCR S.A.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CCR S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data. de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 27 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram celebrados pela Companhia e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná ("Instrumentos"). Os efeitos relevantes desses instrumentos foram refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia não pôde nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por sigredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e não fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações de auditoria

As demonstrações individuais consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada "Base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão do assunto descrito na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão – Individual e consolidado

Veja as notas explicativas 2(i), 12 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria

A Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros de determinadas controladas e controladas em conjunto consideradas como componentes significativos e, utilizou o cálculo do valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, para mensuração do valor recuperável. Para cálculo do valor em uso, utilizou-se o método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de desconto que reflitam os riscos específicos relacionados aos componentes.

No que tange ao cálculo do valor justo utilizado na mensuração do valor recuperável em uma das unidades geradoras de caixa, utilizou-se a abordagem de custo (normalmente referido como custo de substituição ou reposição), a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder concedente em caso de rescisão do contrato de concessão. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, as quais incluem a estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e equilíbrios contratuais, bem como devido às incertezas inerentes ao processo de determinação do valor justo, a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Realizamos, para as controladas e controladas em conjunto, consideradas como componentes significativos e com indicador de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas para determinados componentes, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na mensuração do valor recuperável dos ativos não financeiros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas.

Avaliamos ainda, para a mensuração do valor justo, as indenizações que são previstas nos contratos de concessão, em caso de término do contrato de concessão antes de seu prazo contratual. Avaliamos ainda a opinião legal dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia relativa às referidas indenizações.

Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, quanto às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, no decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação da redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão, os quais foram registrados e divulgados pela administração. Consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas no teste do valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, assim com as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – Individual e consolidado

Veja as notas explicativas 2(m) e 9(b) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria

A Companhia e determinadas controladas e controladas em conjunto possuem imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas por seu plano de negócios.

Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.



	01/01/2021 a 31/01/2021	01/01/2020 a 31/01/2020	% Variação	
Aeris	11.228	31.869	-65%	
Quiport (a)	17.334	57.476	-70%	
Curação	4.197	12.671	-67%	
BH Airport	12.940	20.919	-38%	
CCR Aeroportos	45.699	122.935	-63%	

¹ VLT Carioca: Início da Linha 3 em 26/10/2019.

² ViaMobilidade (Linhas 3 e 17): Em 2019, *Ramp-up* e inauguração da estação Campo Belo.

Valores apresentados em 100%, sem consideração da participação do Grupo CCR.

• **CCR – Contratação de Swap**
Em 13 de janeiro de 2021, foram firmados dois contratos de *swap* para proteção de 100% da 2ª série da 14ª emissão de debêntures, trocando IPCA + 4,25% a.a. para CDI + 1,76% a.a..

• **CCR – Capital de giro**

Em 29 de janeiro de 2021, ocorreu o pagamento antecipado de operações de Capital de Giro com o Banco Santander no montante de R\$ 500.000.

• **NovaDutra – Extensão de prazo**

A Companhia divulgou Fato Relevante em 23 de fevereiro de 2020, onde informou que, conforme divulgado pela ANTT no website dela, a sua Diretoria Colegiada aprovou na 889ª Reunião de Diretoria, a celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão nº PG-137/95-00, referente à Rodovia Presidente Dutra (BR-116 RJ/SP), que tem como partes a ANTT e a NovaDutra, tendo por objeto a prorrogação do Contrato de Concessão por um período adicional de 12 meses, estendendo a concessão até 28/02/2022. Em 25 de fevereiro de 2021, a Companhia divulgou Fato relevante complementar informando a assinatura do 13º aditivo ao contrato de concessão da NovaDutra naquela data.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/0-6

São Paulo, 4 de março de 2021

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/0-7